

Americanos, dívidas e eleição



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

As pressões norte-americanas contra o governo brasileiro, nas vésperas da eleição presidencial, não chegam a constituir surpresa. Trump e sua turma não gostam de Lula e seus auxiliares. As ações assustam pela falta de sutileza e pelo primarismo demonstrado pelas autoridades de Washington. A briga por intermédio de meios diplomáticos confunde embaixadores porque os argumentos são inventados e não resistem a exame mais preciso. O argumento de que o nome de Daniel Perez ainda não foi aceito por Brasília como embaixador no Brasil não resiste. Não há prazo para admitir embaixador estrangeiro.

O Brasil está constrangido pela pressão de Washington, que retirou as credenciais da embaixadora Maria Luíza Viotti, representante do país nos Estados Unidos. Ela poderá permanecer no seu atual endereço, mas perdeu a autoridade para falar em nome do governo brasileiro. O secretário de Estado, Marco Rubio, filho de migrante cubano fugido de Fidel Castro, pretende que os líderes latino-americanos estejam alinhados à sua política. E fiquem cada vez mais distantes de Pequim. Dentro dessa moldura, o presidente da Argentina, Javier Milei, abre a boca para xingar o presidente Lula. A Argentina está quebrada, sem dinheiro, e vai suplicar por novas ajudas com objetivo de manter sua economia funcionando. Eleições presidenciais costumam ser o

momento de crise na democracia. O poder é questionado e novos nomes tentam ascender às posições de comando. Tudo dentro da lógica do sistema. O governante é obrigado a se submeter às vontades do eleitorado. A solução mais fácil é falar e fazer o que o povo quer ouvir e receber. Assim se sucedem ações cada vez mais objetivas para colocar dinheiro no bolso do contribuinte. Dinheiro e vantagens. Surgem planos inesperados para o cidadão renegociar suas dívidas, comprar gás de cozinha, adquirir imóveis com juros mais amigáveis ou entrar para o cadastro do governo onde encontra uma série de programas favoráveis a seu bolso. O problema é que essa política tem preço. Custa caro. E o país não tem os recursos necessários para suportar as despesas resultantes das bondades. Sem dinheiro, resta fazer dívida.

Esse é o caminho do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder. Aumentar impostos e gastar mais, muito mais. O Brasil tinha enorme dívida externa, contraída em moeda forte. Era uma tremenda dor de cabeça porque ela aumentava ao sabor da variação do câmbio. E dos juros variáveis. Mudava ao sabor dos ventos da economia internacional. Foi o segundo governo Lula que resolveu o problema, depois que a equipe econômica do governo Fernando Henrique acabou com a inflação, criou o Plano Real e ofereceu os fundamentos para liquidar a dívida externa. A descoberta de petróleo na plataforma continental, no chamado Pré-sal, acabou com outro pesadelo econômico brasileiro. A conta petróleo. O Brasil comprava milhares de barris por dia, à vista, em moeda forte, nos vários mercados internacionais do produto. Sem dinheiro, só poderia recorrer aos bancos internacionais. Ou seja, contratava mais dívida. A conta petróleo não existe mais. Hoje, o

Brasil exporta petróleo, e a Petrobras ganha muito dinheiro com as crises no Oriente Médio. A dívida externa foi quitada. Mas se transformou em dívida interna. A trajetória da dívida pública brasileira foi de crescimento quase contínuo desde o Plano Real, com duas interrupções relevantes: entre 2003 e 2013, quando a relação dívida/PIB caiu ou ficou estável, e entre 2021 e 2022, após o pico provocado pela pandemia. Desde 2023, a tendência voltou a ser de elevação. A presidente Dilma Rousseff conseguiu a reeleição ampliando os gastos públicos.

Começou seu segundo mandato, com novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que armou a cena para fazer breve recessão e modificar o cenário das contas brasileiras. Não conseguiu. Foi demitido. E o governo Dilma tentou soluções heterodoxas, chamadas de Nova Matriz Econômica. Reduziu arbitrariamente taxas de juros, preços de eletricidade e de combustível, o resultado foi uma recessão severa, desemprego alto e queda da atividade econômica. Dilma Rousseff sofreu impeachment.

O próximo governo terá que enfrentar o problema das contas nacionais para que o país volte a conviver com taxas de juros civilizadas. E com crescimento relevante acima de 3% ao ano. Alguma coisa, ou muita coisa, terá que ser cortada no cardápio de bondades do governo federal. Empresas deficitárias, como a dos Correios, não podem ser mantidas. O país precisa ser contemporâneo do presente. As soluções burocráticas petistas não são mais eficazes. Os governos de inspiração esquerdista ou populista perceberam a necessidade de mudar. Uns foram derrubados, alguns caminharam para o autoritarismo, outros para abertura econômica. Essa é a decisão que vai estar diante do novo governo brasileiro.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // circecunha.df@edabr.com.br

O retrato em preto e branco da educação no DF

Durante décadas, Brasília construiu a imagem de posuir uma das melhores redes públicas de ensino do país. Capital da República, sede dos principais órgãos federais e uma das unidades da Federação com maior renda per capita, o Distrito Federal sempre foi visto como um lugar naturalmente vocacionado para oferecer educação pública de excelência. Contudo, os números mais recentes divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) sugerem que essa realidade mudou para pior ao longo dos anos e, hoje, se apresenta bem diferente daqueles discursos oficiais que insistem em mostrar que tudo vai bem.

O resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referente a 2025 revelou que o ensino médio público do DF alcançou nota 4,1 — inferior à média nacional de 4,5. Mais preocupante ainda é constatar que a rede pública do DF recuou em relação ao levantamento anterior, referente a 2023, quando havia registrado 4,2. Enquanto o país, ainda que lentamente, procura recuperar as perdas educacionais provocadas pela pandemia, Brasília caminha na direção oposta. O desempenho também ficou muito distante da meta de 5,2 estabelecida pelo próprio MEC para essa etapa de ensino.

O Ideb combina dois fatores fundamentais para medir a qualidade da educação: o desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), especialmente em língua portuguesa e matemática, e as taxas de aprovação escolar. O índice procura medir, simultaneamente, aprendizagem e eficiência do sistema educacional. Parece que há um descaso progressivo a envolver não só os alunos, seus familiares, o corpo docente e todos os diretores de ensino dentro e fora das escolas; a própria sociedade tem parte nessa cadência na qualidade das escolas públicas.

E notem que, no Distrito Federal, a participação dos estudantes foi suficientemente ampla para conferir credibilidade estatística ao levantamento. Participaram da avaliação 91,3% dos alunos do 5º ano, 87,2% do 9º ano e 80,3% dos estudantes da 3ª série do ensino médio. Ou seja, não há espaço para atribuir os resultados a uma eventual baixa adesão das escolas ao exame. O aspecto mais preocupante, talvez, seja o contraste entre os recursos disponíveis e os resultados alcançados. Entre as unidades da Federação, o DF figura historicamente com maior arrecadação tributária por habitante, maior remuneração média dos professores da rede pública e maior capacidade de investimento em infraestrutura escolar. A própria União banca o ensino. Em tese, esses fatores deveriam produzir indicadores superiores aos da média brasileira. O que se observa, porém, é exatamente o contrário. A queda de apenas um décimo pode parecer pequena para quem observa apenas a tabela de resultados. Na educação, entretanto, oscilações dessa natureza costumam representar milhares de estudantes deixando a escola sem domínio adequado da leitura, da interpretação de texto e da matemática básica. Trata-se de uma geração inteira que chega ao mercado de trabalho ou ao ensino superior carregando deficiências acumuladas ao longo de toda a formação escolar.

O planejamento educacional do governo federal previa uma trajetória gradual de crescimento do Ideb do ensino médio, chegando ao patamar de 5,2. Permanecer estacionado em torno de 4 pontos significa que o sistema deixou de avançar no ritmo esperado, ampliando a distância entre o desempenho desejado e o efetivamente alcançado. Há dificuldades relacionadas à aprendizagem em português e matemática, elevadas taxas de evasão no ensino médio, deficiência na formação continuada dos professores, problemas de gestão escolar e uma crescente dificuldade em manter os alunos motivados dentro das salas de aula.

Além disso, a disciplina, elemento fundamental para o processo ensino-aprendizagem, vai de mal a pior. Outro aspecto é a excessiva instabilidade das políticas educacionais, que mudam a cada governo, quando surgem novos programas, novas metodologias e novas prioridades administrativas — todas desligadas entre si. Projetos são interrompidos antes de amadurecerem enquanto reformas curriculares sucedem-se sem que seus resultados possam ser devidamente avaliados. A educação exige continuidade e planejamento de longo prazo, mas acaba submetida ao calendário político.

Enquanto isso, países que lideram os principais indicadores internacionais de educação seguem caminho oposto. Sistemas como os da Finlândia, da Estônia, da Coreia do Sul, da Singapura e do Canadá mantêm políticas estáveis durante décadas, investem fortemente na formação de professores, valorizam o ensino das disciplinas fundamentais e utilizam avaliações permanentes para corrigir deficiências antes que elas se consolidem.

Quando uma rede pública começa a perder desempenho justamente na capital da República, onde recursos financeiros e capital humano são relativamente mais abundantes, torna-se inevitável perguntar o que está acontecendo com o modelo educacional adotado aqui no DF. Seria o ideal que o resultado divulgado nesta semana não alimentasse disputas partidárias nem servisse de munição para governos ou opositores. O que os pagadores de impostos esperam é um chamado geral para recolocar a qualidade da aprendizagem no centro das prioridades da educação pública do Distrito Federal.

A frase que foi pronunciada:

“Os governos nunca aprendem. Só as pessoas aprendem.”

Milton Friedman

História de Brasília

Mazzola e Sormani somente poderão jogar pela Itália se forem italianos, e é nessa qualidade, de acordo com as leis italianas, que vão participar da Copa do Mundo (mesmo porque, se se declararem brasileiros, não poderão integrar a seleção de nenhum outro país, a não ser a do Brasil). (Publicada em 25/5/1962)



Nós, população negra, não aceitaremos ser a sobra da democracia



» MÔNICA COSTA
Presidenta da Nova Frente Negra Brasileira

Articulação de partidos do governo e da oposição para excluir as campanhas à Presidência, aos governos estaduais e ao Senado do cálculo das cotas destinadas a mulheres e pessoas negras não é um ajuste técnico. Na realidade, não passa de tentativa de reduzir uma conquista democrática e preservar recursos nas mãos de quem historicamente controla o poder.

O argumento é que as campanhas majoritárias consomem muitos recursos e dificultam o cumprimento dos percentuais afirmativos. Mas a lógica revela o problema: como as candidaturas mais caras continuam ocupadas sobretudo por homens, as direções partidárias querem retirar essas despesas da conta em vez de democratizar suas escolhas e investir em candidaturas negras e femininas.

Excluir essas campanhas significa calcular as cotas sobre uma base menor. Os 30% poderiam continuar aparecendo formalmente, enquanto o volume protegido para candidaturas negras seria reduzido. Não se trata de organizar melhor as contas, mas de blindar a parte mais valiosa do Fundo Eleitoral contra a obrigação de inclusão. A Nova Frente Negra Brasileira repudia a tentativa.

A política afirmativa não foi criada para

incidir apenas sobre o dinheiro que sobrar depois que os partidos financiarem suas prioridades. Ela existe para obrigar as legendas a reverem escolhas e enfrentarem a concentração racial e de gênero da política brasileira. Não aceitamos que a própria exclusão seja usada para perpetuá-la. Se há poucas mulheres e pessoas negras encabeçando chapas para os cargos mais importantes, a resposta democrática é ampliar essas candidaturas, oferecer estrutura e assegurar financiamento — não retirar as disputas mais caras do alcance das regras afirmativas.

A população negra é maioria no Brasil. As mulheres negras representam quase 30% da população. Ainda assim, permanecem afastadas dos espaços de decisão e enfrentam obstáculos para receber recursos capazes de tornar suas candidaturas competitivas. Essa proposta fere direitos políticos concretos e afeta especialmente as mulheres negras, submetidas simultaneamente ao racismo e ao machismo. Somos chamadas para trabalhar, mobilizar e votar, mas, raramente, reconhecidas como prioridade na divisão do poder. Nosso manifesto fundador denuncia a prática de reservar às pessoas negras um espaço simbólico dentro dos partidos, enquanto o comando, os recursos e as decisões continuam intocados.

A Nova Frente Negra Brasileira nasceu para afirmar que não basta permitir nossa presença: é necessário garantir protagonismo, autonomia política e participação nos rumos do país. Não somos mão de obra eleitoral. Não somos decoração de campanha. Não somos votos celebrados nos discursos e descartados na hora de distribuir dinheiro, visibilidade e poder.

É grave que partidos de campos distintos

encontrem convergência justamente para flexibilizar uma política afirmativa. Quando a inclusão alcança a distribuição dos recursos, desaparecem muitos compromissos públicos com a igualdade. O verdadeiro teste do antirracismo não está nos discursos, mas na disposição de dividir poder. Os recursos do Fundo Eleitoral são públicos. Não pertencem às cúpulas partidárias nem podem ser administrados como patrimônio privado. O mínimo de 30% para candidaturas de pessoas pretas e pardas não é favor ou concessão. É uma obrigação constitucional que não pode ser esvaziada por conveniência política.

A Nova Frente Negra Brasileira está mobilizada para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeite qualquer interpretação que retire as campanhas majoritárias da base de cálculo das ações afirmativas. Reivindica, também, que os partidos abandonem essa articulação, divulguem a distribuição dos recursos por raça, gênero e cargo e construam candidaturas negras competitivas para Presidência, governos estaduais e Senado.

Não há democracia plena quando a maioria da população continua afastada das decisões. Não há igualdade eleitoral quando alguns recebem milhões e outros apenas preenchem listas. Não há representatividade real sem financiamento e condições materiais de disputa.

Nossos direitos não são a sobra do Fundo Eleitoral. Nossa participação não é negociável. A democracia brasileira será verdadeira quando a população negra deixar de ser convocada para sustentar projetos políticos e passar a ocupar, com recursos e poder, o centro das decisões nacionais. Sigamos. Avante. Axé!